

**Relatório da Administração - Dezembro de 2012**

**Senhores Acionistas,**

Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório de Administração, as Demonstrações Financeiras e o parecer dos Auditores Independentes, referente às atividades da **AIG Resseguros Brasil S.A.** relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

A AIG é líder mundial em seguros gerais, patrimoniais e de responsabilidade civil ("property" e "casualty"), atendendo mais de 70 milhões de clientes pelo mundo. Com um dos mais extensos portfólios de produtos e serviços do mercado, a AIG apresenta excelente solidez financeira e amplo conhecimento no gerenciamento de sinistros, permitindo aos seus clientes, exercer controle sobre praticamente qualquer risco com segurança.

A AIG Resseguros Brasil, subsidiária da AIG Seguros Brasil S.A., está iniciando suas instalações no Brasil, com objetivo de disponibilizar nossos produtos e serviços aos seguradores e resseguradores, de uma forma inovadora e mantendo

nossa qualidade e compromisso. O Grupo que já possuía autorização para operar como resseguradora admitida, através da American Home Assurance Company, estabeleceu a AIG Resseguros, com Capital Social de R\$ 80 milhões, com objetivo de oferecer capacidade ao mercado de seguros brasileiro, dentro dos padrões e políticas do grupo AIG.

**Performance Econômico-Financeira**

A performance financeira alcançou R\$ 6,7 milhões em 2012. No ano findo em dezembro de 2012, a Resseguradora apresentou um Prejuízo líquido de R\$ 151 mil, enquanto seu prejuízo operacional foi de R\$ 293 mil.

**Distribuição de Lucros**

A Resseguradora Local tem como prática a distribuição de dividendos ao final do ano, garantindo até 25% estabelecido no seu acordo de acionistas, após a constituição de 5% da reserva legal.

**Perspectivas**

A Resseguradora Local continuará aumentando seu volume de retrocessão aceita no segmento de riscos corporativos, mantendo sua forte atuação nas políticas de precificação e aceitação de risco. Esta estratégia proporcionará ganho em escala necessário para a melhora do resultado operacional e atuar em um mercado competitivo.

**Agradecimentos**

Agradecemos aos nossos Acionistas, parceiros de negócios, corretores e clientes pela confiança em nossa administração bem como aos nossos colaboradores, pela sua decisiva contribuição para a conquista dos resultados da Resseguradora e relacionamento da AIG no mercado Brasileiro.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2013.

**A Diretoria**

**Balanco Patrimonial em 31 de Dezembro**

	2012		2011	
	2012	2011	2012	2011
<b>Ativo</b>				
<b>Circulante</b>	<b>131.257</b>	<b>86.941</b>	<b>56.603</b>	<b>12.975</b>
Disponível	3.444	8	2.260	6.685
Caixa e bancos (Nota 5)	3.444	8	-	944
<b>Aplicações financeiras (Nota 6)</b>	<b>83.159</b>	<b>78.430</b>		
<b>Créditos das operações com seguros e resseguros</b>	<b>21.422</b>	<b>3.692</b>		
Operações com Seguradoras (Nota 7)	21.422	3.692		
Ativos de retrocessão - provisões técnicas (Nota 10)	16.248	1.990		
<b>Títulos e créditos a receber</b>	<b>2.328</b>	<b>2.105</b>		
Créditos tributários e previdenciários (Nota 8)	2.328	2.105		
<b>Despesas antecipadas</b>	<b>-</b>	<b>16</b>		
Custos de aquisição diferidas	4.656	700		
Resseguros (Nota 11)	4.656	700		
<b>Não circulante</b>	<b>8.008</b>	<b>7.151</b>		
<b>Realizável a longo prazo</b>	<b>1.662</b>	<b>184</b>		
<b>Ativos de retrocessão - provisões técnicas (Nota 10)</b>	<b>1.128</b>	<b>118</b>		
Custos de aquisição diferidos	534	66		
Resseguros (Nota 11)	534	66		
<b>Intangível</b>	<b>6.346</b>	<b>6.967</b>		
Outros intangíveis (Nota 12)	6.346	6.967		
<b>Total do ativo</b>	<b>139.265</b>	<b>94.092</b>	<b>139.265</b>	<b>94.092</b>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>				
<b>Circulante</b>	<b>56.603</b>	<b>12.975</b>		
Contas a pagar (Nota 13)	2.260	6.685		
Obrigações a pagar	-	944		
Impostos e encargos sociais a recolher	18	166		
Impostos e contribuições	599	696		
Outras contas a pagar	1.643	4.879		
<b>Débitos de operações com seguros e resseguros</b>	<b>26.499</b>	<b>2.952</b>		
Prêmios a restituir	15	-		
Operações com resseguradoras (Nota 14)	21.516	2.089		
Corretores de seguros e resseguros	4.968	863		
<b>Provisões técnicas - resseguradoras (Nota 15)</b>	<b>27.844</b>	<b>3.534</b>		
<b>Não circulante</b>	<b>1.892</b>	<b>-</b>		
<b>Provisões técnicas - resseguradoras (Nota 15)</b>	<b>1.892</b>	<b>-</b>		
Patrimônio líquido	80.770	80.921		
Capital social (Nota 16(a))	80.001	80.001		
Reservas de lucros (Nota 16(b))	769	920		
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>139.265</b>	<b>94.092</b>		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração do Resultado - Exercícios findos em 31 de Dezembro**

	2012		2011	
	2012	2011	2012	2011
<b>Prêmios emitidos (Nota 17)</b>	<b>33.981</b>	<b>3.989</b>		
<b>Variações das provisões técnicas de prêmios (Nota 18)</b>	<b>(17.750)</b>	<b>(3.158)</b>		
<b>Prêmios ganhos (Nota 17.1)</b>	<b>16.231</b>	<b>831</b>		
Sinistros ocorridos (Nota 19)	(8.453)	(376)		
Custos de aquisição (Nota 20)	(3.392)	(183)		
Outras despesas e receitas operacionais	(1)	-		
Resultado com retrocessão (Nota 21)	(3.792)	(179)		
Despesas administrativas (Nota 22)	(7.124)	(4.579)		
Despesas com tributos (Nota 23)	(492)	(481)		
Resultado financeiro (Nota 24)	6.730	7.599		
<b>Resultado operacional</b>	<b>(293)</b>	<b>2.632</b>		
<b>Ganhos ou perdas com ativos não correntes</b>	<b>1</b>	<b>(18)</b>		
<b>Resultado antes dos impostos e participações</b>	<b>(292)</b>	<b>2.614</b>		
Imposto de renda (Nota 25)	97	(358)		
Contribuição social (Nota 25)	44	(225)		
<b>Lucro líquido/(prejuízo) do exercício</b>	<b>(151)</b>	<b>2.031</b>		
Quantidade de ações (Nota 16(a))	80.000.679	80.000.679		
Lucro líquido/(prejuízo) por lote de mil ações	(1,89)	25,39		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de Dezembro**

	Em milhares de reais				
	Capital social	Reservas de Lucros Legal	Reservas de Lucros Estatutária	Lucros/(prejuízos) acumulados	Total
<b>Em 1º de janeiro de 2011</b>					
Capital social aprovado em 4 de abril de 2011 conforme Portaria SUSEP nº 3.972	80.001	-	-	-	80.001
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.031</b>	<b>2.031</b>
Reserva legal (Nota 16(b))	-	102	-	(102)	-
Reserva estatutária (Nota 16(b))	-	-	818	(818)	-
Juros sobre o capital próprio (Nota 16(c))	-	-	-	(1.111)	(1.111)
<b>Em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>80.001</b>	<b>102</b>	<b>818</b>	<b>-</b>	<b>80.921</b>
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(151)</b>	<b>(151)</b>
Reversão da reserva estatutária	-	-	(151)	151	-
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>80.001</b>	<b>102</b>	<b>667</b>	<b>-</b>	<b>80.770</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de Dezembro**

	2012		2011	
	2012	2011	2012	2011
<b>Atividades operacionais</b>				
Recebimento de prêmios de seguro	10.726	297		
Pagamentos de despesas com operações de seguros e resseguros	(61)	-		
Pagamentos de despesas e obrigações	(270)	(238)		
Outros pagamentos operacionais	(292)	-		
<b>Caixa gerado pelas operações</b>	<b>10.103</b>	<b>59</b>		
Impostos e contribuições pagos	(1.256)	(2.386)		
<b>Investimentos financeiros</b>				
Aplicações	(26.389)	(165.161)		
Vendas e resgates	20.978	94.702		
<b>Caixa líquido gerado pelas (consumido nas) atividades operacionais</b>	<b>3.436</b>	<b>(72.786)</b>		
<b>Atividades de investimento</b>				
Pagamento pela compra de ativo permanente	-	(7.207)		
Imobilizado	-	(7.207)		
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de investimento</b>	<b>-</b>	<b>(7.207)</b>		
<b>Atividade de financiamento</b>				
Aumento de capital	-	80.001		
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento</b>	<b>-</b>	<b>80.001</b>		
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>3.436</b>	<b>8</b>		
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	8	-		
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	3.444	8		
<b>Aumento nas aplicações financeiras - recursos livres</b>	<b>1.028</b>	<b>40.892</b>		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2012**

**1 CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS**  
 A AIG Resseguros Brasil (atual denominação da Chartis Resseguros Brasil S.A.) ("AIG RE" ou "Resseguradora"), com sede na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.306, Vila Olímpia, São Paulo - SP, tem o controle acionário e a gestão efetiva dos seus negócios exercidos pela AIG Seguros Brasil S.A. (atual denominação da Chartis Seguros Brasil S.A.).  
 A Companhia tem por objeto a operação com resseguros e retrocessão em todos os ramos.  
 Em 4 de abril de 2011 através da portaria SUSEP nº 3.972, a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), concedeu a AIG Resseguros Brasil S.A., autorização para operar como resseguradora local e homologou na íntegra, as deliberações tomadas pelos acionistas em Assembleia de constituição realizada em 15 de fevereiro de 2011.  
 Em 12 de novembro de 2012 através da Assembleia Geral Extraordinária, foi instituído a reforma do estatuto social da Resseguradora, incluindo alteração da razão social da Chartis Resseguros Brasil S.A. para AIG Resseguros Brasil S.A., aprovado o processo SUSEP nº 15.414.005109/2012-91 através da portaria 5.127 de 28 de janeiro de 2013.

**2 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**  
 As principais políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras da Seguradora estão apresentadas a seguir. Estas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados, exceto quando indicado o contrário.

**2.1. Apresentação das demonstrações financeiras**  
 As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), as quais abrangem as normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis quando referendados pela SUSEP.

A Resseguradora não está apresentando a demonstração do resultado abrangente, tendo em vista que não existe outros itens além do resultado do exercício. As demonstrações financeiras foram preparadas seguindo os princípios da convenção do custo histórico, modificada pela avaliação de ativos financeiros avaliados ao valor justo. As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuação dos negócios da Resseguradora em curso normal de seus negócios no Brasil.

A elaboração destas demonstrações financeiras requer que a administração utilize alto grau de julgamento na determinação de certas políticas contábeis, principalmente, no tocante à elaboração, ou construção de suas estimativas contábeis utilizadas em certas áreas e na avaliação de certos ativos e passivos da Resseguradora. Conseqüentemente, a liquidação das transações que envolvem o uso dessas estimativas poderá ser afetada por montantes que podem vir a ser diferentes daqueles que foram inicialmente estimados devidos, substancialmente ao processo que é utilizado pela administração em sua determinação. A Resseguradora revisa essas estimativas e premissas periodicamente e, quando necessário, são ajustadas para melhor refletir sua situação financeira e patrimonial. As áreas que envolvem alto grau de julgamento ou complexidade, ou áreas onde as premissas e estimativas são significativas para a preparação das demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota 3 destas demonstrações financeiras.

Em 5 de março de 2012 foi emitida Circular nº 430, que porém não causou mudanças significativas, revogando a SUSEP 426 emitida em 31 de agosto de 2011 e a Circular SUSEP nº 424, emitida em 29 de abril de 2011. A Circular SUSEP nº 424 que revogou a Circular SUSEP nº 379/2008 estabeleceu o novo plano de contas das Resseguradoras, e introduziu mudanças nas classificações de contas e nas demonstrações financeiras como a apresentação da recuperação com custos de apólices em linha específica "Receita com emissão de apólices" e também de um novo grupo, apartando os efeitos da operação de resseguros das demais linhas operacionais, demonstrado na linha "Resultado com resseguros". As informações de prêmios de resseguros são demonstradas em todas as linhas das demonstrações financeiras líquidas dos custos de aquisição. As provisões técnicas estão constituídas brutas de resseguros, sendo que os respectivos registros estão demonstrados na linha "Ativos de resseguros - provisões técnicas".

A Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) aprovou através da Circular SUSEP nº 424/2011 diversos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão sendo considerados na elaboração das presentes demonstrações financeiras.

A Resseguradora avaliou os Pronunciamentos Técnicos do CPC que ainda não estão aprovados pela SUSEP e constatou que nenhum deles tem aplicabilidade em seus negócios, são eles:

- (a) CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado (DVA)" que tem por objetivo estabelecer critérios para a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado exigido apenas nas demonstrações financeiras consolidadas;
- (b) CPC 17 - "Contratos de Construção", que estabelece o tratamento contábil das receitas e despesas associadas a contratos de construção que se caracterizam por ter suas datas de início e término em períodos contábeis diferentes;
- (c) CPC 29 - "Ativo Biológico e Produto Agrícola", que estabelece o tratamento contábil e as respectivas divulgações, pertinentes à avaliação dos estoques dos ativos biológicos e dos produtos agrícolas, como parte do registro das atividades agrícolas.

**2.2. Conversão em moeda estrangeira**

(a) **Moeda funcional e moeda de apresentação**  
 As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Resseguradora.

(b) **Conversão e saldos denominado em moeda estrangeira**  
 As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando-se as taxas de câmbio da data das transações. Ganhos ou perdas de conversão de saldos denominados em moeda estrangeira resultantes da liquidação de tais transações e da conversão de saldos na data de fechamento de balanço são reconhecidos no resultado do período.

**2.3. Caixa e equivalentes de caixa**  
 Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, contas bancárias, depósitos a prazo e outros ativos de curto prazo (vencimento original de três meses ou período menor) de alta liquidez e com baixo risco de variação no valor justo de mercado.

**2.4. Ativos financeiros**

(a) **Classificação e mensuração**  
 A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda, ativos mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros na data inicial de aquisição dos ativos e reavalia a sua classificação a cada data de balanço, segundo as regras restritas do CPC 38 (equivalente ao IAS 39) para transferências (ou reclassificações) entre categorias. Todos os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e quaisquer diferenças entre o valor justo e consideração paga pela Resseguradora para a aquisição do ativo (também conhecida como *day-one profits/losses*) são reconhecidas no resultado do período somente quando a Resseguradora possui a capacidade de observação direta no mercado de fatores ou premissas de precificação dos ativos. A Resseguradora utiliza o critério de reconhecimento inicial de um instrumento financeiro (para todas as categorias de ativos ou passivos financeiros) o método de compra e venda regular pela data de negociação, ou seja, o reconhecimento de um ativo financeiro a ser recebido e um passivo financeiro a ser pago na data da negociação (data em que a Resseguradora se torna parte de um contrato) e a baixa de um ativo financeiro e reconhecimento de ganho ou perda no dia em que a negociação ocorre.

(b) **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**  
 Esta categoria compreende duas subcategorias: ativos financeiros detidos para propósito de negociação e ativos financeiros designados ao valor justo através do resultado na data inicial de sua aquisição. A Resseguradora classifica nesta categoria os ativos financeiros cujo propósito e estratégia de investimento é de manter negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrerem.

(c) **Ativos financeiros mantidos até o vencimento**  
 A Resseguradora classifica os ativos financeiros nesta categoria segundo o propósito de negócio (ou intenção) da administração quanto à realização do ativo. Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são aqueles instrumentos não derivativos com valores a receber fixos ou predeterminados e com vencimento fixos (exceto aqueles que atendam à definição da categoria "empréstimos e recebíveis") onde a Administração possui a intenção e a habilidade de manter o ativo até a data de vencimento. Estes ativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo e subsequentemente avaliados ao custo amortizado, segundo o método da taxa efetiva de juros (*EIR method*). Estes ativos são avaliados para *impairment* (recuperabilidade) a cada data de balanço e a Resseguradora constitui uma provisão para *impairment* quando há evidência objetiva de que não terá a habilidade de receber todos os valores devidos pela contraparte em conformidade com os termos contratuais estabelecidos (veja Nota 2.5 para *impairment* de ativos financeiros). Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 não havia ativos financeiros classificadas nessa categoria.

(d) **Empréstimos e recebíveis, incluindo prêmios a receber de segurados**  
 Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Os recebíveis originados de contratos de seguros, tais como os saldos de prêmios a receber de segurados, são classificados pela Resseguradora nesta categoria e são mensurados pelo valor de prêmio emitido. Os outros recebíveis da Resseguradora compreendem os demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Todos os recebíveis são avaliados para *impairment* (recuperação) a cada data de balanço (vide política contábil 2.5(a)).

(e) **Ativos financeiros disponíveis para venda**  
 Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles instrumentos financeiros não derivativos que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Os ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo (acrescido dos custos de transação diretamente incrementais) no seu reconhecimento inicial e em períodos subsequentes. Os juros de títulos de renda fixa classificados como disponíveis para venda, calculados com o uso do método da taxa de juros efetiva, são reconhecidos na demonstração do resultado como receitas financeiras. Dividendos recebidos de investimentos em ações, quando classificados nesta categoria, são reconhecidos no resultado do período quando o direito de recebimento do dividendo é estabelecido para a Resseguradora. A parcela correspondente à variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizados) é lançada contra o patrimônio líquido, na conta ajustes de avaliação patrimonial, sendo realizada contra resultado quando da sua liquidação ou por perda considerada permanente (vide política contábil de *impairment* na Nota 2.5(b)). Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 não havia ativos financeiros classificadas nessa categoria.

**Conciliação do Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício com Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais - Exercícios findos em 31 de Dezembro**

	2012		2011	
	2012	2011	2012	2011
Lucro líquido do exercício	(151)	2.031		
Amortização de ativos intangíveis	621	240		
	470	2.271		
<b>Variação nas contas operacionais</b>				
Ativos financeiros	(4.729)	(78.430)		
Créditos das operações de seguros, incluindo ativos oriundos de contratos de seguro	(22.154)	(4.459)		
Ativos de resseguros	(15.267)	(2.108)		
Despesas antecipadas	16	(16)		
Créditos fiscais e previdenciários	(223)	(2.105)		
Contas a pagar	(4.329)	5.990		
Impostos e contribuições	(97)	696		
Débitos de operações com seguros e resseguros	23.547	2.952		
Provisões técnicas - seguros e resseguros	26.202	3.534		
<b>Caixa gerado (consumido) pelas operações</b>	<b>3.436</b>	<b>(71.675)</b>		
Juros sobre capital próprio	-	(1.111)		
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais</b>	<b>3.436</b>	<b>(72.786)</b>		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**(f) Determinação de valor justo de ativos**

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base nos preços atuais de compra (*bid prices*). Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Resseguradora estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria entidade.



**(c) Ativos não financeiros**

Ativos não financeiros sujeitos a depreciação são avaliados para *impairment* quando ocorram eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. Uma perda para *impairment* é reconhecida no resultado do período para o valor pelo qual o valor contábil do ativo exceda o valor recuperável do ativo. O valor recuperável é o maior valor entre o valor em uso e o valor justo do ativo (reduzido dos custos de venda dos ativos). Os ativos registrados como custos de aquisição diferidas de contratos de seguros são avaliados, quanto à sua recuperabilidade, segundo o teste de adequação de passivos (TAP ou LAT) (vide política contábil 2.10.3).

**2.6. Custos incorridos na aquisição dos contratos de resseguros**

A Resseguradora registra como um ativo circulante (custos de aquisições diferidas) os gastos que são diretamente incrementais e relacionados à originação ou renovação de contratos de seguros, e que possam ser avaliados com confiabilidade. Os demais gastos são registrados como despesa, conforme incorridos. Esse ativo intangível é amortizado segundo o período do contrato, que equivale substancialmente ao período de expiração do risco.

**2.7. Ativo intangível**

O ativo intangível representam ativos não monetários identificáveis (separáveis de outros ativos) sem substância física que resultam de uma operação legal ou que sejam desenvolvidos internamente. Somente são reconhecidos ativos cujo custo possa ser estimado de forma confiável, e provável que existam benefícios econômicos futuros. Os ativos intangíveis estão representados por sistema de processamento de dados (*software*) que estão contabilizados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada, calculado pelo método linear.

**2.8. Passivos financeiros**

As obrigações a pagar são inicialmente reconhecidas ao valor justo de mercado e quaisquer efeitos significativos de ajuste a valor presente é reconhecido segundo o método da taxa efetiva de juros até a data de liquidação, quando o efeito do ajuste a valor presente é material. Para este cálculo, em casos onde os passivos financeiros não possuem uma taxa de juros predefinida (ou explícita no contrato), a Resseguradora utiliza uma taxa de mercado similar à taxa de juros de referência que seria cobrada hipoteticamente por uma instituição bancária no mercado para financiamento ou compra de um ativo similar considerando, inclusive, o risco de crédito da Resseguradora para este propósito.

**2.9. Contratos de resseguro e contratos de investimento - classificação**

Na adoção inicial do CPC 11 (equivalente ao IFRS 4), a Resseguradora efetuou o processo de classificação de todos os contratos de seguro e resseguro com base em análise de transferência de risco significativo de seguro entre as partes no contrato. Na data de adoção do CPC a Resseguradora não identificou contratos classificados como "contratos de investimento" na aplicação inicial do CPC 11 (equivalente ao IFRS 4). Os contratos de resseguro também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro do CPC 11 (equivalente ao IFRS 4). Todos os contratos de resseguro foram classificados como contratos de seguro por transferirem risco significativo de seguro entre as partes no contrato.

**2.10. Avaliação de ativos e passivos originados de contratos de seguro**

**2.10.1. Avaliação de ativos de contratos de resseguro**

A política de risco de crédito da Resseguradora prevê que somente resseguradores classificados com rating de crédito de acordo com as normas do regulador local (SUSEP) sejam considerados no curso normal de seus negócios. Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores a curto e longo prazo, dependendo do prazo esperado de realização (ou recebimento) dos ativos de resseguro junto aos resseguradores. Os ativos de resseguro são avaliados consistentemente com os saldos associados com os passivos de seguro que foram objeto de resseguro e conforme os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos a resseguradores são compostos substancialmente por prêmios pagáveis em contratos de resseguro. Quaisquer ganhos ou perdas originados na contratação inicial de resseguro são amortizados durante o período de expiração do risco dos contratos.

A Resseguradora acessa a recuperabilidade (*impairment*) dos ativos de resseguro regularmente e no mínimo a cada data de balanço. Quando há evidência objetiva de *impairment*, a Resseguradora reduz o valor contábil do ativo de resseguro ao seu valor estimado de recuperação e reconhece imediatamente qualquer perda no resultado do período. Segundo diretrizes do CPC 11 (equivalente ao IFRS 4), a Resseguradora utiliza uma metodologia similar àquela utilizada para ativos financeiros mantidos até o vencimento para determinar que há evidência objetiva de deterioração em um ativo de resseguro (vide metodologia descrita na política contábil 2.5). Consequentemente, as perdas para *impairment* são avaliadas utilizando-se metodologia similar àquela aplicada para ativos financeiros, conforme regras do CPC 11 (equivalente ao IFRS 4). Esta metodologia também leva em consideração disputas e casos específicos que são analisados pela Administração quanto à documentação e trâmite do processo de recuperação junto aos resseguradores.

**2.10.2. Passivos de contratos de seguro**

Na adoção inicial do CPC 11 (equivalente ao IFRS 4), a AIG Resseguros Brasil utilizou a isenção de utilizar as suas políticas contábeis anteriores, para avaliação dos passivos de contratos de seguro e ativos de contratos de resseguro. Dentre as isenções previstas no CPC 11 (equivalente ao IFRS 4), a AIG Resseguros Brasil também aplicou outros procedimentos mínimos requeridos, tais como: (i) teste de adequação de passivos (ou "Liability Adequacy Test" - vide política contábil 2.10.3), (ii) teste de *impairment* de ativos de resseguro, (iii) avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação de contratos de seguro e (iv) identificação de derivativos embutidos em contratos de seguro. A Resseguradora não aplicou os princípios de *Shadow Accounting* (ou Contabilidade Reflexa) já que não possui contratos cuja avaliação dos passivos, ou benefícios aos segurados, sejam impactados por esta política.

**(a) Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG)**

A PPNG é constituída pela parcela de prêmio do seguro correspondente ao período de risco ainda não decorrido, de acordo com as normas da SUSEP. A provisão de prêmios não ganhos relativa às operações de retrocessão é constituída com base em informações recebidas de outros seguradores ou resseguradores.

**(b) Provisão de Prêmios Não Ganhos ("PPNG-RVNE")**

É constituída pela parcela de prêmio do seguro correspondente ao período de risco ainda não decorrido, de acordo com as normas da SUSEP. A provisão de prêmios não ganhos relativa às operações de retrocessão é constituída com base em informações recebidas dos resseguradores. Os cálculos de Prêmio Estimado e PPNG-RVNE se baseiam na estimativa através do comportamento das emissões desde o início das operações da Resseguradora - Julho/2011.

A metodologia adotada é o "Triângulo de Run-off", que demonstra o tempo que demora para ocorrer a emissão a partir do início de vigência. São selecionados os dados de prêmio emitido total e prêmio emitido retido, no período determinado, e estes são agrupados por mês, de acordo com o seu início de vigência e pela diferença em meses entre a emissão e o início de vigência. Esses dados são distribuídos e acumulados no triângulo e a partir das divisões dos valores da coluna posterior pelos valores da coluna anterior, é criado o "triângulo de fatores de run-off", o qual representa em quanto tempo o prêmio foi emitido a partir do seu início de vigência do risco.

Para cada um dos índices formados, é efetuada uma análise com o objetivo de identificar o fator que melhor representa o desenvolvimento das emissões. A seleção pode ser feita por uma média dos fatores ou de acordo com a experiência do atuário em relação a cada carteira. É construído um triângulo por linha de negócio AIG Re, uma vez que os produtos nelas contidos possuem o mesmo perfil de comportamento.

Após a definição dos fatores, é calculado o fator acumulado de cada mês, o qual representa o tempo total para a emissão de todos os riscos, de acordo com o início de vigência. Para chegar ao valor total de emissão, considerando os riscos ainda não emitidos, multiplica-se o fator acumulado pela emissão já conhecida.

Os valores considerados out-liers são retirados do montante para a multiplicação do fator, pois trata-se de valores de determinadas apólices emitidas com o valor muito superior ao esperado para os próximos meses, e, portanto, podem distorcer a estimativa.

Devido a pouca massa histórica para análise de maioria das linhas de negócios da AIG Re, após o cálculo do prêmio total esperado, pode ocorrer o acréscimo de alguns valores, estimados através da AIG Seguros, para complementar a estimativa de riscos vigentes mas não emitidos e garantir uma suficiência da reserva. Também podem ser acrescidos, valores oriundos de apólices específicas, os quais o Atuário identifique que a experiência do triângulo não reflita esses casos.

**(c) Provisão de Insuficiência de Prêmios ("PIP")**

A Provisão de Insuficiência de Prêmios (PIP) deve ser constituída se for constatada insuficiência da Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) para a cobertura dos sinistros a ocorrer, considerando indenizações e despesas relacionadas, ao longo dos prazos a decorrer referente aos riscos vigentes na data base de cálculo. Verificamos a suficiência da PPNG confrontando o seu saldo, em determinada data, com as despesas que se propõe a cobrir: indenizações com sinistros, despesas com indenizações, despesas administrativas, despesas operacionais e despesas de comercialização. Caso a PPNG seja insuficiente para cobrir estas despesas, será constituída uma PIP de igual valor a fim de anular a insuficiência; havendo uma suficiência de PPNG, nada será constituído a título de PIP.

Contabilmente a PPNG é um deferimento do prêmio emitido em complementação ao prêmio ganho, ou seja, é o prêmio a ganhar dos riscos vigentes. Por se tratar de uma receita futura, as despesas com sinistros, administração e comercialização deverão ser projetadas para o período a decorrer destes riscos vigentes. Dividimos o período de estudo em semestres de início de vigência, permitindo analisar a contribuição que a política de tarifação de cada semestre teve no resultado total.

De acordo com este modelo, a PPNG contabilizada no fim de cada exercício analisado, terá seus riscos agrupados por semestre de início de vigência. Será acrescentado ao saldo da PPNG contabilizada uma estimativa dos prêmios dos riscos vigentes mas ainda não emitidos, que chamaremos de RVNE (Riscos Vigentes mas Não Emitidos).

O sinistro futuro será projetado aplicando-se a sinistralidade final na PPNG. A sinistralidade final é o resultado da relação entre o sinistro final e o prêmio final.

O sinistro final foi conceitualmente desenvolvido conforme metodologia do triângulo de *run-off*, desenvolvendo o sinistro a partir do início de vigência do risco, obtendo o sinistro final por semestre de início de vigência. Supondo o desenvolvimento dos dois últimos semestres pouco confiáveis, caso o sinistro não fique adequado a sinistralidade esperada, complementaremos o sinistro final com a diferença entre o sinistro total esperado pela sinistralidade esperada e o sinistro total estimado pelo triângulo.

O prêmio final será desenvolvido igualmente por um triângulo de *run-off* apresentado da seguinte forma: o prêmio emitido tem suas linhas de geração agrupadas pelo semestre de início de vigência, e as colunas de desenvolvimento agrupadas pelo atraso de emissão. Tecnicamente este triângulo de prêmios se desenvolve da mesma forma que o triângulo de sinistros, levando ao prêmio final. O prêmio final menos o prêmio emitido resulta na RVNE, uma estimativa dos prêmios emitidos em atraso, mais os possíveis cancelamentos.

A despesa de comercialização final, também foi projetada através do triângulo de *run-off* seguindo o mesmo modelo do prêmio final e sinistro final. A diferença entre a despesa de comercialização final e a despesa de comercialização já conhecida é a despesa oriunda dos riscos já vigentes mas ainda não emitidos.

As despesas referentes à indenização, ou seja, despesas diretamente alocadas aos sinistros foram estimadas juntamente no triângulo de sinistros. Sendo assim, a sinistralidade esperada projetada pelo triângulo de *run-off* representa o percentual do prêmio ganho que será necessário para cobrir os novos sinistros e as despesas.

As despesas de administração e outras serão projetadas através de percentuais criados sobre o desenvolvimento observado. A técnica adotada segregando as receitas e despesas por período, ou geração, combinada com a empregada para projeção dos sinistros finais, conduz a aplicação de uma metodologia prospectiva e a análise dos impactos dos resultados esperados de cada semestre, no resultado combinado final.

Durante o exercício de 2012 não foi necessária a constituição de PIP.

**(d) Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)**

Constituída por estimativa de pagamentos prováveis de indenizações e despesas de sinistros, determinada com base nos avisos de sinistros individuais recebidos até a data do balanço e atualizada monetariamente nos termos da legislação.

Adicionalmente, na metodologia utilizada para estimar o IBNR é calculada uma provisão de sinistros estimados (indenização e despesas) destinada à cobertura dos ajustes de estimativas da provisão de sinistros a liquidar, considerando inclusive aqueles processos cíveis relacionados a sinistros, cujo valor pode exceder aos valores contratados, gerados entre a data de aviso e a data de pagamento do sinistro, determinada em cálculos atuariais estabelecidos na avaliação atuarial, submetida à SUSEP.

**(e) Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados ("Provisão de IBNR")**

A metodologia adotada para cálculo do IBNR se baseia no desenvolvimento dos sinistros avisados a fim de se estimar o sinistro final. A diferença entre o sinistro final e o sinistro avisado é o IBNR. O desenvolvimento dos sinistros avisados se dá através de uma técnica conhecida como "Triângulo de *run-off*".

Devido ao baixo número de sinistros avisados, o que impossibilitou a formação de uma base consistente, não é possível calcular o IBNR através da metodologia do "Triângulo de *run-off*", pois para aplicação desta técnica é necessário ter um histórico de sinistros que permita estimar os valores de sinistros através do comportamento do passado.

Desta forma a Resseguradora está utilizando a experiência da AIG Seguros Brasil, e aplicando a seguinte metodologia:  
• Variação do IBNR = Prêmio ganho do mês \* Sinistralidade esperada do produto - Sinistro retido do mês +/- ajustes manuais.  
\* A sinistralidade esperada aplicada é a mesma aplicada na AIG Seguros Brasil, definida através da análise do "Triângulo de *run-off*".

**2.10.3. Teste de adequação dos passivos (Liability Adequacy Test (LAT))**

Conforme requerido pelo CPC 11 (equivalente ao IFRS 4) e Circular SUSEP nº 457, de 2012, em cada data de balanço a Resseguradora elabora o teste de adequação dos passivos para todos os contratos vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado considerando-se como valor líquido contábil todos os passivos de contratos de resseguro permitidos segundo o CPC 11 (equivalente ao IFRS 4), deduzidos dos custos de aquisição diferidas do ativo circulante diretamente relacionados aos contratos de resseguros.

Caso seja identificada qualquer deficiência, a Resseguradora registra a perda imediatamente como uma despesa no resultado do período, primeiramente reduzindo custos de aquisição diferidas e posteriormente constituindo provisões adicionais aos passivos de resseguro já registrados na data do teste. Quaisquer custos de aquisição diferidas de contratos de resseguros, como por exemplo, despesas de comissão, que tenham sido baixados como resultado deste teste, não é subsequentemente restabelecido pela Resseguradora em circunstâncias onde o teste demonstre resultados favoráveis a mesma. Alguns contratos permitem que a Resseguradora adquira a titularidade sobre o ativo ou adquira o direito de venda do ativo danificado que tenha sido recuperado (tais como salvados). A Resseguradora também possui o direito contratual de buscar ou cobrar ressarcimentos de terceiros, tais como sub-rogação de direitos, para pagamentos de danos parciais ou totais cobertos em um contrato de resseguro. Consequentemente, conforme permitido pelo CPC 11 (equivalente ao IFRS 4), estimativas de recuperação de salvados e de reembolsos originados de sub-rogação de direitos são incluídos como um redutor na avaliação dos contratos de resseguros e na execução dos testes de adequação dos passivos.

No cálculo realizado para a data base de dezembro/2012 não foi constatada nenhuma insuficiência para nenhum dos grupos citados acima, para as reservas Brutas de Resseguro. Adicional a análise do fluxo de caixa com as premissas definidas, foi realizado um teste de stress onde as premissas de sinistralidade esperada e taxa cambial foram variadas de -20% a +20%. Mesmo com essa análise não foi apresentada insuficiência.

**2.10.4. Outras provisões, ativos e passivos contingentes**

A Resseguradora reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deva ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma destas características não é atendida a Resseguradora não reconhece uma provisão. As provisões são ajustadas a valor presente quando o efeito do desconto a valor presente é material.

**2.10.5. Compensação (apresentação líquida) de ativos e passivos financeiros**

Ativos e passivos financeiros somente são apresentados de forma líquida no balanço patrimonial quando há um direito legal irrevogável de compensar ativos e passivos junto à contraparte e quando a Resseguradora possui a intenção de liquidar os instrumentos em uma forma líquida ou realizar o ativo e liquidar um determinado passivo financeiro simultaneamente.

**2.11. Políticas contábeis para reconhecimento de receita**

**2.11.1. Reconhecimento de prêmio emitido de contratos de resseguro**

As receitas de prêmio dos contratos de resseguro são reconhecidas proporcionalmente, e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices. Para contratos de investimento, se aplicável, a Resseguradora não reconhece os prêmios recebidos (ou pagos, para prêmios de resseguro) na demonstração de resultado do exercício, onde é utilizado o método de contabilidade de depósito aplicável para ativos e passivos financeiros.

**2.11.2. Receitas de juros e dividendos recebidos**

As receitas de juros de instrumentos financeiros (incluindo as receitas de juros de instrumentos avaliados ao valor justo através do resultado) são reconhecidas no resultado do exercício segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Quando um ativo financeiro é reduzido como resultado de perda por *impairment*, a Resseguradora reduz o valor contábil do ativo ao seu valor recuperável, correspondente ao valor estimado dos fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa efetiva de juros e continua reconhecendo juros sobre estes ativos financeiros como receita de juros no resultado do exercício. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são diferidos para apropriação no resultado no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros.

As receitas de dividendos de investimentos em ativos financeiros representados por instrumentos de capital (ações) são reconhecidas no resultado quando o direito a receber o pagamento do dividendo é estabelecido.

**2.11.3. Imposto de renda e contribuição social**

A despesa de imposto de renda e contribuição social dos períodos reportados inclui as despesas de impostos correntes e os efeitos de impostos diferidos. A Resseguradora reconhece no resultado do período os efeitos dos impostos de renda e contribuição social, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, onde nestes casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos correntes são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes ou substancialmente vigentes na data de preparação do balanço patrimonial. O imposto de renda corrente é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 anuais. A provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 15%.

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos destes ativos e passivos. As taxas utilizadas para constituição de impostos diferidos são as taxas vigentes ou substancialmente vigentes na data de preparação do balanço patrimonial. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis.

**3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS UTILIZADOS PELA ADMINISTRAÇÃO NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de resseguros**

As estimativas utilizadas na constituição dos passivos de resseguros da Resseguradora representam a área onde se aplicam estimativas contábeis mais críticas na preparação das demonstrações financeiras. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Resseguradora irá liquidar em última instância. A Resseguradora utiliza todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da administração e atuários da Resseguradora para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido. Consequentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de seguro de grandes riscos. A Resseguradora divulga análises de sensibilidade para estas premissas na Nota 4.1.

**4. GESTÃO DE RISCO DE SEGURO, RISCO FINANCEIRO E RISCO DE CAPITAL**

**4.1. Gestão de risco de seguro**

**(a) Risco de seguro**

O risco em qualquer contrato de seguro é a possibilidade que um evento ocorra, ou não e em função deste se caracterize um sinistro. A natureza de um contrato de seguro determina que o risco deva ser aleatório e não previsto. A Resseguradora define risco de seguro como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade de que o evento de seguro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Os contratos de seguro que transferem risco significativo de seguro são aqueles contratos onde a Resseguradora possui a obrigação de pagamento de um benefício adicional significativo aos seus segurados em cenários com substância comercial, classificados através da comparação entre cenários nos quais o evento segurado ocorre, afetando os segurados de forma adversa, e cenários onde o evento segurado não ocorre.

A Resseguradora gerencia os contratos de seguros através de políticas internas de subscrição, nesta inclui-se limites para cada subscritor conforme sua experiência, política de preços para cada tipo de risco, monitoramento do resultado e a escolha de resseguradores aprovados pelo Comitê de Crédito. No momento de definir o prêmio de seguros é aplicada a teoria da probabilidade e juntamente com a experiência histórica, determinamos o prêmio necessário para cobrir os riscos, bem como os níveis de reservas necessárias (*net carrying amount*). O risco principal que possuímos é de os sinistros superarem as estimativas realizadas no momento da constituição de reserva, resultando em um valor insuficiente para arcar com os custos futuros. Isso pode ocorrer se a frequência de sinistros ou sua severidade forem maiores do que o estimado.

Para reduzir esse risco trabalhamos com a teoria do mutualismo, onde procuramos ter uma carteira com exposição consistente para reduzir a variabilidade dos resultados esperados (frequência e severidade), e fazemos o acompanhamento das taxas aplicadas, frequência e severidade, e dos resultados. Além disso, trabalhamos em diversas linhas de produto, diversificando assim a exposição a apenas um tipo de negócio. Complementar a isso, temos uma estratégia de subscrição que permite identificar o tipo de risco e fatores que o agravam, como a localização, coberturas, tipos de indústria, entre outros, no momento da precificação do produto.

A Resseguradora efetua a gestão de risco de seguro conforme matriz de riscos previamente definida e com base em contratos que possuem riscos similares ou que são gerenciados em conjunto. Nossa matriz de riscos está distribuída da seguinte forma:

- **Pessoa física**
  - Acidentes pessoais
  - Patrimonial - pessoa física
- **Pessoa jurídica**
  - Patrimonial
  - Responsabilidades
  - Riscos financeiros
  - Pessoa jurídica - outros produtos

No entanto, para fins de cálculo do LAT, a Companhia analisou seus riscos respeitando o critério de agrupamento determinado pelo órgão regulador, sendo estes:

- Patrimonial - seguros pessoais
- Patrimonial - responsabilidades
- Patrimonial - seguros corporativos
- Riscos especiais
- Responsabilidades
- Automóvel
- Transportes
- Riscos financeiros
- Pessoas coletivo
- Habitacional
- Rural
- Outros seguros
- Pessoas individual
- Marítimos
- Aeronáuticos

Segue abaixo a concentração de risco aberto por ramo e região, salientando que segundo o disposto no inciso II do artigo 2º da Circular SUSEP no 414/2010 "o ressegurador local que não possua todas as informações de prêmio retido segregadas por região de atuação, para definição do segmento de mercado, deverá considerar que toda a produção está concentrada na região 2 (dois - Sul e Sudeste)":

Ramo	Região	2012	2011
Lucros cessantes		2	807
Riscos de engenharia		2	576
Riscos diversos		2	308
Riscos nomeados e operacionais		2	1.547
Responsabilidade civil administradores e diretores - D&O		2	5.167
Responsabilidade civil riscos ambientais		2	1.434
Responsabilidade civil geral		2	1.184
Transporte internacional		2	319
Crédito interno		2	9.609
Garantia segurado - setor público		2	3.251
Garantia segurado - setor privado		2	345
Seg. compreensivo oper. portuários		2	2.031
Responsabilidade civil facultativa para aeronaves - responsabilidade civil facultativa		2	274
Aeronáuticos (cascos)		2	3.836
Responsabilidade civil hangar		2	760
Demais ramos		2	2.533
		<b>33.981</b>	<b>3.989</b>

**(b) Política de resseguros**

Quaisquer riscos que excedam os limites de subscrição locais são submetidos à matriz para aprovação. Para minimizar os riscos da Resseguradora, contamos ainda com os contratos de resseguros. Os limites de subscrição existem para impor critérios de seleção adequados de risco. Os contratos de resseguro incluem contratos de Excesso de Danos, Quota e Coberturas de Catástrofe. A Resseguradora também não expõe mais do que 7,3% do seu patrimônio líquido ajustado em nenhum risco isolado.



**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2012**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(c) Análises de sensibilidade**

A Resseguradora elabora análises de sensibilidade periodicamente onde são testadas mudanças nas premissas atuariais mais significativas utilizadas em seus modelos de avaliação de contratos de seguro. As análises de sensibilidade apresentadas a seguir representam a melhor estimativa da Administração da Resseguradora quanto aos fatores de risco de seguro que impactam nossos contratos e são integradas à nossa política e matriz de monitoramento de risco de seguro e consequentemente não garantem que os fatores de risco venham a se comportar conforme previsto onde os resultados reais observados em períodos futuros podem divergir significativamente dos resultados apresentados a seguir.

**Commercial lines**

Premissas atuariais	Variação - %	2012			
		Bruto de resseguro		Líquido de resseguro	
		PL	Resultado	PL	Resultado
Sinistralidade	(20)	1.918	3.197	6.177	10.295
Sinistralidade	20	(1.921)	(3.201)	(4.991)	(8.319)
Câmbio projetado	(20)	134	224	5.700	9.499
Câmbio projetado	20	(134)	(224)	(5.468)	(9.114)

Os valores apresentados acima demonstram o quanto o resultado da Resseguradora será afetado por conta das variações propostas. Resultados negativo ou positivo nos testes de sensibilidade acima não refletem diretamente nas reservas da Resseguradora já que, nas reservas da Resseguradora, especificamente as reservas de prêmios, contém uma parcela para cobrir o lucro futuro esperado. Somente seria necessário um aumento das reservas caso o valor presente, para os casos que diminuiriam o resultado da Resseguradora demonstrado nos testes de sensibilidade, fosse maior do que a margem de lucro estimada nas reservas de prêmios.

**4.2. Gestão de riscos financeiros e liquidez**

A AIG RE determina em sua política de gestão de riscos, que o risco de liquidez é o risco onde recursos de caixa possam não estar disponíveis para pagar obrigações futuras quando vencidas. A política de gestão de risco da Resseguradora não possui tolerância ou limites para risco de liquidez e possuímos o compromisso de honrar todos os passivos de seguros e passivos financeiros quando vencidos em suas datas contratuais ou quando os processos de sinistros atenderem todos os critérios exigidos para a pronta liquidação. A Resseguradora está exposta a uma série de riscos financeiros transferidos por diversos ativos e passivos financeiros. Para mitigar os riscos financeiros significativos a Resseguradora utiliza uma abordagem ativa de gestão de ativos e passivos e leva em consideração a estrutura de *Asset & Liability Management* (ALM).

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 a Resseguradora não possuía ativos e passivos financeiros de longo prazo (vencimento há mais de 1 ano).

**4.3. Gestão de risco de mercado**

Entende-se por risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições ativas e passivas.

A AIG RE está sujeita a uma série desses riscos de mercado originados de ativos e passivos financeiros e contratos de seguros. Para reduzir a exposição às variações nas taxas de juros do mercado brasileiro, a AIG RE utiliza algumas estratégias de gestão de riscos para a manutenção da rentabilidade dos seus negócios, margem de juros e risco de liquidez, em níveis determinados conforme sua política de gestão de risco e abordagem (bem como limites operacionais) determinados por nossa matriz. Adicionalmente, a Resseguradora emite certos contratos de seguro cujos passivos são impactados, ou denominados, em moeda estrangeira, onde os fluxos de caixa a serem liquidados (ou pagos) aos segurados são afetados pela variabilidade das taxas de câmbio periodicamente e subsequentemente nos períodos de liquidação das obrigações originadas destes contratos. Para todos os instrumentos financeiros, o CPC 40 (equivalente ao IFRS 7) requer a divulgação por nível relacionada à mensuração do valor justo com base nos seguintes níveis:

- Preços quotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos (Nível 1).
- *Input* outro que preços quotados incluídos em Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivado dos preços) (Nível 2).
- *Input* para o ativo ou passivo que não é com base em dados observáveis do mercado (*input* não observável) (Nível 3).

A Resseguradora possui como política de gestão de risco financeiro, a contratação de produtos financeiros prontamente disponíveis no mercado brasileiro, cujo valor de mercado pode ser mensurado com confiabilidade, visando alta liquidez para honrar suas obrigações futuras e como uma política prudente de gestão de risco de liquidez.

Em 31 de dezembro de 2012 as aplicações estavam, em sua totalidade, classificadas no Nível 2.

A Resseguradora realiza análises de sensibilidade para riscos financeiros sobre todos os seus instrumentos financeiros ativos e passivos. Existem diversas limitações quanto às linearidades ou não linearidades entre as mudanças esperadas destas premissas e os resultados reais futuros (realizados ou não realizados) podem diferir significativamente dos resultados estimados através das análises de sensibilidade apresentadas nestas demonstrações contábeis.

**4.4. Gestão de risco de crédito**

Pulverização de risco é a distribuição de um seguro pelo maior número possível de seguradores, realizada por meio de resseguro ou retrocessões, de modo que o risco não venha a constituir, por maior que seja sua importância, perigo iminente para a estabilidade da carteira objeto do seguro.

A AIG RE distribui seus riscos em conformidade com as disposições estabelecidas no Decreto-Lei nº 73, de 1966, alterado pela Lei Complementar nº 126, de 2007, e obedece aos critérios estabelecidos pela Resolução CNSP nº 168, de 2007, alterada por: Resolução CNSP nº 189, de 2008; Resolução CNSP nº 194, de 2008, Resolução CNSP nº 203, de 2009, Resolução CNSP nº 206, de 2009, Resolução CNSP nº 225, de 2010 e Resolução CNSP nº 232, de 2011.

Adicionalmente, a Resseguradora possui uma rigorosa política de risco de crédito para aquisição de ativos financeiros e contratação de resseguro no mercado aberto, a qual segue as políticas da matriz, onde existem diversos indicadores impostos para limitar a exposição ao risco de crédito caso as contrapartes de nossas operações não possuam *rating* de crédito igual ou superior àqueles estabelecidos na legislação e em nossa política.

A Resseguradora não possui um cliente (ou uma única contraparte) que represente concentração de 10% ou mais do total de sua respectiva classe de ativos financeiros. A política de aplicações financeiras adotada pela administração da AIG RE estabelece as instituições financeiras com as quais a Resseguradora e suas controladas podem operar, os limites de alocação de recursos e os objetivos. A Resseguradora adota o critério de aplicar seus recursos em instituições sólidas ou adquire títulos públicos federais, cuja classificação de risco seja considerada como alto *rating* de crédito.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, nossa carteira foi pulverizada basicamente entre Resseguradoras admitidas, cujos *ratings* de crédito está avaliado em A.

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, as aplicações financeiras estariam distribuídas, substancialmente, em instituições com *rating* "AAA".

Os *ratings* considerados pela AIG RE para aceitação da distribuição de seus riscos foram extraídos de sites de órgãos classificadores, sendo estes: Standard & Poors, Fitch, Moody's e AM Best. Tais classificações também estão disponíveis no site da SUSEP, com as mesmas fontes.

**4.5. Gestão de risco de capital**

A Resseguradora executa suas atividades de gestão de risco de capital através de um modelo de gestão centralizado com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório para o segmento de seguro e para o segmento financeiro segundo critérios de exigibilidade de capital emitidos pela SUSEP. A estratégia e modelo utilizados pela administração consideram ambos "capital regulatório" e "capital econômico" segundo a visão de gestão de risco de capital adotada pela Resseguradora.

A estratégia de gestão de risco de capital é de continuar a maximizar o valor do capital da Resseguradora através da otimização de ambos o nível e diversificação das fontes de capital disponíveis. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão do planejamento estratégico periódico da Resseguradora.

Os principais objetivos da Resseguradora em sua gestão de capital são: (a) manter níveis de capital suficientes para atender requerimentos regulatórios mínimos determinados pela SUSEP, (b) otimizar retornos sobre capital para os acionistas.

Durante o período de reporte a Resseguradora não manteve níveis de capital abaixo dos requerimentos mínimos regulatórios.

	2012	2011
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>80.769</b>	<b>80.921</b>
Ativos intangíveis	(6.346)	(7.207)
<b>Patrimônio líquido ajustado</b>	<b>74.423</b>	<b>73.714</b>
Margem de solvência		
a) 0,20 prêmio retido anual médio - 12 meses	3.631	3.115
b) 0,33 sinistro retido anual médio - 36 meses	2.633	2.709
<b>Margem de solvência maior entre a) e b)</b>	<b>3.631</b>	<b>3.115</b>
Capital Base (CB)	60.000	60.000
Capital Adicional de Subscrição (CAS)	2.368	3.023
Capital adicional de risco de crédito	945	54
Benefício da diversificação	(357)	(26)
<b>Capital de Risco (I)</b>	<b>62.956</b>	<b>63.051</b>
<b>Capital Mínimo Requerido (II)</b>	<b>62.956</b>	<b>63.051</b>
<b>Suficiência de Capital (III)</b>	<b>11.467</b>	<b>10.663</b>

(i) Correspondente a soma do Capital Base e do Capital Adicional.

(ii) O capital mínimo requerido é o maior valor entre a margem de solvência e o capital de risco.

(iii) A suficiência de capital corresponde ao resultado obtido do cálculo do PLA menos capital mínimo.

**5 CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA**

	2012	2011
Numerário e depósitos a vista em instituições financeiras	3.444	8
	<b>3.444</b>	<b>8</b>

**6 APLICAÇÕES FINANCEIRAS**

	2012		2011	
	Valor do investimento atualizado	Valor de mercado	Valor do investimento atualizado	Valor de mercado
<b>Ativos financeiros matidos para negociação</b>				
Títulos renda fixa públicos	2.289	2.289	-	-
Títulos renda fixa privados	80.870	80.870	78.430	78.430
<b>Total disponível para negociação</b>	<b>83.159</b>	<b>83.159</b>	<b>78.430</b>	<b>78.430</b>

Os rendimentos das aplicações financeiras estão substancialmente vinculados à variação da SELIC.

**7 OPERAÇÕES COM SEGURADORAS - ATIVO**

	Prêmios	
	2012	2011
Compreensivo Empresarial	140	-
Lucros Cessantes	200	-
Riscos de Engenharia	551	-
Riscos Diversos	72	53
Garantia estendida	699	-
Riscos Nomeados e Operacionais	585	19
Riscos de Petróleo	24	-
R.C. de Administradores e Diretores (D&O)	3.428	-
R.C. riscos ambientais	1.227	-
R.C. Geral	523	85
R. C. Profissional	429	-
Transporte Nacional	767	-
Transporte Internacional	363	44
Resp. Civil do Transportador Rodoviário Carga	6	-
Riscos financeiros - crédito interno	3.503	2.129
Crédito a exportação	185	-
Garantia Segurado - Setor Público	2.586	645
Garantia segurado setor privado	608	469
Seguros compreensivos de operações protuárias	1.594	205
Responsabilidade Civil Facult para Aeronaves RCF	249	-
Aeronáuticos	3.308	19
Responsabilidade Civil Hangar	397	-
Respons. do Explorador ou Transportador aéreo RETA	2	-
	<b>21.422</b>	<b>3.692</b>

**8 CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS**

	2012	2011
Impostos a compensar	1.399	-
Antecipação IRPJ	316	1.306
Antecipação CSLL	205	792
Crédito tributário diferido - IRPJ	255	4
Crédito tributário diferido - CSLL	153	3
	<b>2.328</b>	<b>2.105</b>

A movimentação dos impostos diferidos ativos e passivos durante o ano está apresentada na tabela a seguir:

	Outras provisões não dedutíveis	Total
<b>Impostos diferidos ativos</b>		
Saldo em 31 de dezembro de 2011	7	7
Movimentação	401	401
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<b>408</b>	<b>408</b>

A expectativa de realização dos ativos referentes a crédito tributário de IRPJ e CSLL é de 12 meses.

**9 GARANTIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS**

De acordo com as normas vigentes, foram vinculados à SUSEP os seguintes ativos:

	2012	2011
Ativos financeiros garantidores		
Aplicações financeiras	41.239	37.538
Ativos não financeiros		
Provisão de Resseguro - PPNG	8.821	1.431
Provisão de Resseguro - RVNE	2.203	474
Recuperação de Sinistros - IBNR	6.351	203
	<b>58.615</b>	<b>39.646</b>
Provisões técnicas - resseguradoras	29.736	3.534
Suficiência de cobertura das provisões técnicas	28.878	36.112

**10 ATIVOS DE RESSEGUROS - PROVISÕES TÉCNICAS**

	Provisão de Prêmios não ganhos		Provisão de Prêmios não ganhos - Riscos vig. mas não emitidos		Provisão para Sinistros ocorridos mas não avisados		Despesas de comercializações diferidas		Total	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
	Lucros cessantes	418	-	93	-	1	-	(99)	-	413
Riscos de engenharia	395	-	59	-	34	-	(106)	-	382	-
Riscos nomeados e operacionais	734	-	200	-	37	-	(183)	-	788	-
Riscos diversos	77	64	41	-	77	14	(27)	-	168	78
R. c. administradores e diretores-D&O	1.131	-	215	1	206	-	(339)	-	1.213	1
R. c. riscos ambientais	384	-	40	-	77	-	(81)	-	420	-
Transporte nacional	206	-	97	-	163	-	-	-	466	-
Garantia de obrigações privadas	-	-	(83)	(82)	-	-	-	-	(83)	(82)
Garantia de obrigações públicas	-	-	(608)	(608)	-	-	-	-	(608)	(608)
Garantia de concessões públicas	-	-	(946)	(946)	-	-	-	-	(946)	(946)
Crédito interno	2.930	1.882	279	88	4.421	174	(606)	(663)	7.024	1.481
Garantia segurado - setor público	1.925	228	445	163	191	15	(611)	(80)	1.950	326
Garantia segurado - setor privado	361	-	1.711	1.858	28	-	(77)	-	2.023	1.858
Seg. compreensivo oper. portuários	158	-	38	-	65	-	(44)	-	217	-
R. c. facult. para embarcações-rcf	189	-	16	-	24	-	(48)	-	181	-
Aeronáuticos (cascos)	1.804	-	455	-	551	-	(282)	-	2.528	-
Responsabilidade civil hangar	383	-	50	-	88	-	(105)	-	416	-
Demais Ramos	386	-	101	-	388	-	(51)	-	824	-
	<b>11.481</b>	<b>2.174</b>	<b>2.203</b>	<b>474</b>	<b>6.351</b>	<b>203</b>	<b>(2.659)</b>	<b>(743)</b>	<b>17.376</b>	<b>2.108</b>

**11 CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS**

A composição dos custos de aquisição diferidos originados de contratos de resseguros está apresentada na tabela a seguir:

	2012	2011
<b>Produtos para empresas</b>		
Lucros cessantes	130	-
Riscos de engenharia	135	-
Riscos nomeados e operacionais	258	5
Responsabilidade civil administradores e diretores - D&O	1.373	-
Responsabilidade civil riscos ambientais	171	-
Responsabilidade civil geral	51	6
Responsabilidade civil profissional	106	-
Crédito interno	926	382
Garantia segurado - setor público	1.022	216
Garantia segurado - setor privado	208	152
Seg. compreensivo oper. portuários	252	-
Responsabilidade civil facultativa para aeronaves - responsabilidade civil facultativa	64	-
Aeronáuticos (cascos)	248	-
Responsabilidade civil hangar	163	-
Demais ramos	83	5
	<b>5.190</b>	<b>766</b>
<b>Ativo circulante</b>	<b>4.656</b>	<b>700</b>
<b>Ativo não circulante</b>	<b>534</b>	<b>66</b>

**12 INTANGÍVEL**

A movimentação do intangível, líquido de amortização está apresentada na tabela a seguir:

	2012	2011
<b>Despesas com desenvolvimento para sistemas</b>		
Custo		
Em 1º de janeiro de 2011		7.207
Aquisição		(240)
Amortização		6.967
Em 31 de dezembro de 2011		485
Aquisição		(1.106)
Amortização		6.346
Em 31 de dezembro de 2012		
<b>13 CONTAS A PAGAR</b>		
	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Obrigações a pagar	-	944
Juros sobre capital próprio	-	944
Impostos e encargos sociais a recolher	18	166
IRRF sobre juros sobre capital próprio	-	166
ISS sobre remessa exterior	18	-



**17.1. Prêmios ganhos principais ramos de atuação**

	2012			2011		
	Prêmio ganho	Índice de sinistralidade - %	Índice de comissionamento - %	Prêmio ganho	Índice de sinistralidade - %	Índice de comissionamento - %
Lucros cessantes	255	2	22	13	38	15
Riscos de engenharia	92	36	25	13	38	15
Riscos diversos	191	41	19	42	43	-
Riscos nomeados e operacionais	504	118	20	17	29	18
Responsabilidade civil administradores e diretores - D&O	1.167	72	29	18	56	11
Responsabilidade civil riscos ambientais	458	40	20	44	61	9
Responsabilidade civil geral	731	66	4	367	53	20
Transporte internacional	144	42	(3)	219	26	35
Crédito interno	7.562	56	21	86	58	-
Garantia segurado - setor público	854	23	35	12	42	158
Garantia segurado - setor privado	118	36	26	831	45	22
Seg. compreensivo oper. Portuários	822	85	11			
Responsabilidade civil facultativa para aeronaves - responsabilidade civil facultativa	52	48	23			
Aeronáuticos (cascos)	1.571	35	6			
Responsabilidade civil hangar	255	35	28			
Demais ramos	1.455	24	35			
	<b>16.231</b>	<b>52</b>	<b>21</b>			

**18. VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS**

As despesas com provisões técnicas apresentam as seguintes variações:

	2012			2011		
	Provisão de prêmios não ganhos	Riscos vigentes mas não emitidos	Total	Provisão de prêmios não ganhos	Riscos vigentes mas não emitidos	Total
Lucros cessantes	(436)	(116)	(552)	(15)	-	(15)
Riscos de engenharia	(419)	(65)	(484)	(15)	-	(15)
Riscos diversos	(55)	(61)	(116)	(64)	-	(64)
Riscos nomeados e operacionais	(778)	(265)	(1.043)	(30)	-	(30)
Responsabilidade civil administradores e diretores - D&O	(3.169)	(832)	(4.001)	(9)	(12)	(21)
Responsabilidade civil riscos ambientais	(843)	(132)	(975)	(67)	-	(67)
Responsabilidade civil geral	(362)	(92)	(454)	(1.633)	(130)	(1.763)
Transporte internacional	(115)	(59)	(174)	(295)	16	(279)
Crédito interno	(1.297)	(750)	(2.047)	-	(776)	(776)
Garantia segurado - setor público	(1.859)	(538)	(2.397)	(119)	-	(119)
Garantia segurado - setor privado	(483)	256	(227)	(9)	-	(9)
Seg. compreensivo oper. Portuários	(786)	(424)	(1.210)	(2.256)	(902)	(3.158)
Responsabilidade civil facultativa para aeronaves - responsabilidade civil facultativa	(189)	(33)	(222)			
Aeronáuticos (cascos)	(1.807)	(459)	(2.266)			
Responsabilidade civil hangar	(411)	(94)	(505)			
Demais ramos	(776)	(301)	(1.077)			
	<b>(13.785)</b>	<b>(3.965)</b>	<b>(17.750)</b>			

**19. SINISTROS OCORRIDOS**

Os sinistros ocorridos estão assim compostos:

	2012	2011
Indenizações avisadas	(885)	(14)
Despesas com sinistros	(14)	(313)
Var. prov. sinistros ocorr. mas não avisados (IBNR)	(7.365)	(63)
Var. prov. sinistros ocorr. mas não suficientemente avisados (IBNER)	(189)	(376)
	<b>(8.453)</b>	<b>(376)</b>

**20. CUSTOS DE AQUISIÇÃO**

A abertura por ramos dos custos de aquisição diferida de contratos de resseguros:

	2012	2011
Compreensivo empresarial	(2)	-
Lucros cessantes	(55)	(2)
Riscos de engenharia	(23)	(2)
Riscos diversos	(37)	-
Garantia est./ext. gar. - bens em geral	(445)	-
Riscos nomeados e operacionais	(103)	(3)
Responsabilidade civil administradores e diretores - D&O	(339)	-
Responsabilidade civil riscos ambientais	(92)	-
Responsabilidade civil geral	(31)	(2)
Responsabilidade civil profissional	(55)	-
Marítimos	-	(19)
Transporte internacional	4	(4)
Crédito interno	(1.608)	(75)
Crédito à exportação	(11)	-
Garantia segurado - setor público	(295)	(65)
Garantia segurado - setor privado	(31)	(11)
Seg. compreensivo oper. portuários	(87)	-
Responsabilidade civil facultativa para aeronaves - responsabilidade civil facultativa	(12)	-
Aeronáuticos (cascos)	(98)	-
Responsabilidade civil hangar	(72)	-
	<b>(3.392)</b>	<b>(183)</b>

**Diretoria**

**DIRETORIA EXECUTIVA**

Diretor  
Marcos Fugise

Marcelo Farat Milani  
Atuário - MIBA1371

Roseli Midori Kanazawa  
Contador - CRC nº 1SP187230/O-8

**Parecer Atuarial**

AIG Resseguros Brasil S.A.

- Examinamos as provisões técnicas da AIG Resseguros Brasil S.A., declaradas no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2012, elaboradas sob a responsabilidade da sua administração e nossa responsabilidade é a de emitir um parecer sobre estas provisões técnicas.
- Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de avaliação atuarial aplicáveis no Brasil, as quais requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada constituição das provisões técnicas em todos os

**Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras**

Aos Administradores e Acionistas

AIG Resseguros Brasil S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da AIG Resseguros Brasil S.A. ("Resseguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Resseguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do

**21. RESULTADO COM RETROCESSÃO**

Os valores dos principais grupos de ramos de seguro estão assim compostos:

	2012			2011		
	Receita com retrocessão	Despesa com retrocessão	Resultado com retrocessão	Receita com retrocessão	Despesa com retrocessão	Resultado com retrocessão
Riscos de engenharia	34	(52)	(18)	14	(43)	(29)
Riscos diversos	63	(118)	(55)	174	(268)	(94)
Riscos nomeados e operacionais	37	(285)	(248)	15	(71)	(56)
Responsabilidade civil administradores e diretores - D&O	206	(100)	106	203	(382)	(179)
Responsabilidade civil riscos ambientais	77	(149)	(72)			
Responsabilidade civil geral	267	(488)	(221)			
Responsabilidade civil profissional	27	(40)	(13)			
Transporte nacional	163	(398)	(235)			
Transporte internacional	71	(170)	(99)			
Crédito interno	4.247	(5.728)	(1.481)			
Garantia segurado - setor público	176	(483)	(307)			
Garantia segurado - setor privado	28	(73)	(45)			
Seg. compreensivo oper. portuários	65	(86)	(21)			
Responsabilidade civil facultativa para aeronaves - responsabilidade civil facultativa	24	(41)	(17)			
Aeronáuticos (cascos)	551	(1.349)	(798)			
Responsabilidade civil hangar	88	(180)	(92)			
Demais ramos	24	(200)	(176)			
	<b>6.148</b>	<b>(9.940)</b>	<b>(3.792)</b>			

**22. DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

	2012	2011
Despesas com pessoal próprio	-	(12)
Serviços de terceiros	(988)	(377)
Localização e funcionamento	(1.144)	(545)
Despesa com publicidade e propaganda	-	(4)
Despesas com publicações	(269)	-
Despesas administrativas diversas	(4.723)	(3.641)
	<b>(7.124)</b>	<b>(4.579)</b>

**23. DESPESAS COM TRIBUTOS**

	2012	2011
Impostos municipais - ISSQN	(18)	(57)
CIDE	(89)	(113)
COFINS	150	(113)
PIS/PASEP	33	(25)
COFINS s/operações de resseguro	(286)	(33)
PIS/PASEP s/operações de resseguro	(46)	(5)
Contribuição sindical	(21)	-
Taxa de fiscalização	(215)	(133)
Outro tributos	-	(2)
	<b>(492)</b>	<b>(481)</b>

**24. RESULTADO FINANCEIRO**

	2012	2011
<b>Receitas financeiras</b>		
Receitas com títulos de renda fixa públicos	-	5.164
Oscilação cambial com operações de resseguros aceitos	257	-
Oscilação cambial com operações de resseguros cedidos	11	-
Quotas de outros fundos de investimento	6.817	2.821
Outras receitas	129	-
	<b>7.214</b>	<b>7.985</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Oscilação cambial com operações de resseguros aceitos	77	-
Juros retrocessão aceitos local	(9)	-
Oscilação cambial com operações de resseguros cedidos	(124)	-
Juros s/ despesas financeiras de encargos sobre tributos	(1)	-
Outras despesas financeiras de encargos sobre tributos	(28)	-
Imposto sobre operações financeiras	(9)	(2)
Despesas com impostos e contrib. s/ transações financeiras	(336)	(371)
Outras despesas	(54)	(13)
	<b>(484)</b>	<b>(386)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>6.730</b>	<b>7.599</b>

**25. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

O imposto de renda e a contribuição social são calculados, com base nas alíquotas oficiais, estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações do resultado, como se seguem:

	2012		2011	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
<b>Resultado antes da provisão do imposto de renda, da contribuição social e das participações</b>	<b>(292)</b>	<b>(292)</b>	<b>2.614</b>	<b>2.614</b>
<b>Ajustes temporários</b>				
Outros ajustes temporários	1.001	1.001	18	18
<b>Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>709</b>	<b>709</b>	<b>2.632</b>	<b>2.632</b>
Alíquota de 15% de IRPJ mais 10% de adicional federal, e 15% para CSLL	153	106	362	228
(Constituição)/reversão de créditos tributários sobre diferenças temporárias	(250)	(150)	(4)	(3)
Outros ajustes	-	-	-	-
<b>Total de impostos de renda e contribuição social</b>	<b>(97)</b>	<b>(44)</b>	<b>358</b>	<b>225</b>

**26. PARTES RELACIONADAS**

A AIG RE utiliza estrutura administrativa operacional comum com a controladora, a AIG Seguros Brasil S.A. As despesas incorridas com essa estrutura são rateadas com base no esforço empregado por área de cada empresa. As despesas incorridas, alocadas por rateio totalizaram R\$ 7.740 sendo o valor pago no período de R\$ 5.968 e o saldo a pagar no montante de R\$ 1.772, representado pelas rubricas "Outras contas a pagar" (R\$ 475) e "Custos administrativos pagos por terceiros" (R\$ 1.297).

As operações comerciais da Resseguradora são efetuadas a preços e condições normais de mercado, as quais foram eliminadas na consolidação. As principais transações são:

	31 de dezembro de 2012		31 de dezembro de 2011	
	A receber	A pagar	A receber	A pagar
Caribbean AHAC	2.336	10.279	-	1.247
AIG Seguros Brasil S.A.	14.079	3.277	1.923	-
	<b>16.415</b>	<b>13.556</b>	<b>1.923</b>	<b>1.247</b>

**27. OUTRAS INFORMAÇÕES**

- No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a Resseguradora não contratou operações com instrumentos derivativos.
- Em 31 de dezembro de 2012, a Resseguradora não possuía qualquer operação de leasing financeiro e/ou operacional.
- A Resseguradora não possui qualquer plano de benefício a empregados.
- Em 18 de fevereiro de 2013 foram publicadas diversas normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela SUSEP, sendo as mais relevantes (a) as Resoluções CNSP nºs 280 e 283 de 30 de janeiro de 2013, que tratam de subscrição e de capital de risco operacional, respectivamente, sendo que a norma de capital de risco operacional entra em vigor na data de publicação e a de subscrição tem prazo de adequação até 31 de dezembro de 2013; e (b) Resolução CNSP nº 281 de 30 de janeiro de 2013 e Circular SUSEP nº 462 de 31 de janeiro de 2013, que institui regras para a constituição de provisões técnicas, com prazo de adequação até 31 de dezembro de 2013. A Companhia está avaliando os impactos dessas normas.

auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Resseguradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Resseguradora. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AIG Resseguros Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

São Paulo, 28 de fevereiro de 2013.

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

Aníbal Manoel Gonçalves de Oliveira  
Contador  
CRC 1RJ056588/O-8 "S" SP